



Ofício PGM/C n.º 170/2024

Campo Largo, 09 de setembro de 2024.

SENHOR PRESIDENTE,

Vimos, pelo presente, encaminhar a esta Casa, para que seja apreciado, os inclusos **Projetos de Lei n.ºs 56, 57 e 59/2024**, que estabelecem a Lei do Plano de Mobilidade Urbana, dispondo sobre o Plano Municipal de Mobilidade Urbana, a Lei do Sistema Viário Estruturante e a Lei de elaboração do Relatório de Impacto de Trânsito (RIT);

A Lei do Sistema Viário dispõe sobre a hierarquização e traçado básico do sistema viário, traça as diretrizes para o arruamento do Município de Campo Largo, e revoga a Lei Municipal n.º 1.813, de 08 de março de 2005.

A Lei para exigência de elaboração do Relatório de Impacto de Trânsito (RIT), quanto ao trâmite de aprovação e anuência dos Polos Geradores de Tráfego, conforme o artigo 93 da Lei Federal n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro – CTB).

Ressalta-se que as referidas legislações visam atender aos preceitos da Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, e, em síntese, determina



CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL



aos municípios com população acima de 20 (vinte) mil habitantes a tarefa de elaborar e executar o plano de mobilidade urbana, com a intenção de planejar o crescimento da cidade de forma ordenada, priorizando, dentre outras questões, o modo de transporte não motorizado e os serviços de transporte público coletivo.¹

Portanto, o Plano de Mobilidade Urbana é uma exigência legal para que municípios possam solicitar recursos para investir em obras de mobilidade e é uma importante ferramenta de planejamento de ações e intervenções de curto, médio e longo prazo.²

À vista disso, cumpre observar que a Lei Federal nº 14.748, de 05 de dezembro de 2023,³ alterou o artigo 24 da Lei nº 12.587/2012, estabelecendo prazo até 12 de abril de 2025 para que os municípios com até duzentos e cinquenta mil habitantes possam elaborar seus respectivos Planos de Mobilidade Urbana.

Nesse sentido, conforme apontou a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), o Plano de Mobilidade Urbana de Campo Largo vem sendo construído desde meados de 2018, e resultou num conjunto de leis, formado pela Lei do Plano de Mobilidade Urbana, Lei do Sistema Viário Estruturante, Lei para exigência de elaboração do Relatório de Impacto de Trânsito (RIT) e Lei de Estacionamento.

¹ https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/cartilha_lei_12587.pdf

² <https://campolargo.atende.net/subportal/plano-de-mobilidade-urbana-20202021>

³ **LEI Nº 14.748, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2023**

Art. 1º O art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 24.

§ 4º

I - até 12 de abril de 2024, para Municípios com mais de 250.000 (duzentos e cinquenta mil) habitantes; e

II - até 12 de abril de 2025, para Municípios com até 250.000 (duzentos e cinquenta mil) habitantes”[...]

Ressaltamos que a Lei de Estacionamentos, inicialmente integrante do conjunto de leis do Plano de Mobilidade Urbana, por decisão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), ainda passará por análise e correção e, posteriormente, será encaminhada para aprovação dessa Casa Legislativa.

Salientamos que toda análise inicial, encaminhamentos e manifestações acerca das minutas dos projetos de lei que compõem o Plano Municipal de Mobilidade Urbana do Município de Campo Largo, estão inseridos no processo administrativo nº 35.699/2022, onde constam apreciação e observações das Secretarias Municipais afetas, como da Administração, da Fazenda, da Ordem Pública e da Procuradoria Geral, além do Desenvolvimento Urbano, que instaurou o processo, vez que detém o conhecimento técnico para apreciação e condução da questão.

Ainda, integram o processo administrativo nº 35.699/2022, a ata da 9ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade de Campo Largo/CONCIDADE, datada de 28 de novembro de 2022, e pareceres da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), datado de 03 de junho de 2022, e da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP) que passou a integrar a Coordenação da Região Metropolitana, datado de 23 de fevereiro de 2023.

Convém observar que após as tratativas iniciais, impulsionando o desenvolvimento do Plano de Mobilidade Urbana de Campo Largo à vista das sugestões e recomendações, em especial, da AMEP e da Procuradoria Geral do Município, nesses últimos anos de 2023 e 2024, a SMDU

trabalhou para implementar as adequações necessárias nos projetos de lei que compõem o referido plano.

Assim, já em vias das deliberações conclusivas dos aludidos projetos de lei, no início de 2024 a SMDU inaugurou o processo administrativo nº 30.199, que engloba os Projetos de Lei do Plano de Mobilidade Urbana e do Sistema Viário Estruturante, e o processo administrativo nº 31.951, que engloba o Projeto de Lei para exigência de elaboração do Relatório de Impacto de Trânsito (RIT), onde constam as considerações finais daquele setor técnico municipal em atenção a todas as recomendações registradas, resultando nas propostas de leis que ora se apresentam para aprovação.

Notadamente, cumpre destacar que os presentes Projetos de Lei cumpriram seus trâmites legais, ao passo que foi apresentado aos munícipes em 4 (quatro) audiências públicas, sendo a última, realizada no dia 11 de abril de 2024, assim como seguiu aprovado junto ao Conselho Municipal da Cidade (CONCIDADE), conforme ata da 13ª Reunião Ordinária, datada de 15 de maio de 2024.

E, de acordo com o último encaminhamento da SMDU, consta informado que as alterações reportadas na supracitada ata de reunião do CONCIDADE, sugeridas pelos representantes da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Campo Largo (AEACL), da Associação de Contadores de Campo Largo (ACCL), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Seção Campo Largo e da Associação Comercial e Empresarial de Campo Largo (Acicla), referem-se às Leis Municipais de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 3.001/2018) e do Código de Obras (Lei nº. 3.003/2018), não interferindo nas decisões ou no conteúdo técnico do Plano de Mobilidade Urbana.



Assim como, também consta informado de que foi contemplado, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2025, a ação orçamentária 1060 - Plano de Mobilidade Urbana, destinada as ações e políticas públicas do Plano de Mobilidade, cujos atos seguem devidamente consignados no processo administrativo nº 13.439/2024.

Do todo exposto, certo de que podemos contar com o vosso valioso apoio e dos demais pares, desde já, agradecemos a atenção dispensada ao Projeto de Lei em anexo, reforçando nossa inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários para a sua efetiva implementação.

Na oportunidade, reitero votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

MAURICIO ROBERTO
RIVABEM:83677240972
240972

Assinado de forma digital por MAURICIO ROBERTO RIVABEM:83677240972
Dados: 2024.09.10 13:11:13 -03'00'

Mauricio Roberto Rivabem
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor

JOÃO CARLOS FERREIRA

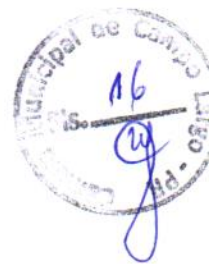
M.D. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO.

Nesta.



Ata da 1ª Audiência Pública do Plano de Mobilidade de Campo Largo/PR, realizada no dia 13 de abril de 2021, presidida pelo Sr. Juarez Buttore de Oliveira Presidente.

Aos treze dias do mês de abril de 2021, às dezenove horas (19h00), deu-se início a 1ª Audiência Pública do Plano de Mobilidade Urbana de Campo Largo/PR, realizada pela Plataforma Google Meet de Videoconferência, através do link <https://meet.google.com/bda-fbv-v-sbh>, transmitida simultaneamente na Página Oficial da Prefeitura no Facebook, através do link <https://www.facebook.com/PrefeituradeCampoLargo/videos/171951768111458/>. Estavam presentes na videoconferência o Exmo. Prefeito de Campo Largo, Sr. Maurício Rivabem, o Presidente da Audiência, Sr. Juarez Buttore de Oliveira, as Secretárias da Audiência e Membros da Equipe Técnica Municipal, Sras. Mariana Boing Salvatti e Gabriela Semiano, representando a Empresa consultora Imtraff, os Sres. Ícaro Ramos e Igor Jacson Artur Costa e Souza e como representantes da Equipe de Acompanhamento, a Sra. Mirela Jacomasso Medeiros e o Sr. Juarez Pianesser Carvalho. Deu-se então, início a abertura da audiência pela Assessora de Comunicação, Sra. Luana Colla, mediadora na transmissão, informando aos cidadãos que acompanhavam a transmissão através da Página do Facebook da Prefeitura de Campo Largo, que as inscrições para o envio de questionamentos se deu no período de 29 de março de 2021 a 09 de abril de 2021, e apresentando os representantes do Plano de Mobilidade Urbano da Prefeitura de Campo Largo, bem como ressaltando a presença do Exmo. Prefeito de Campo Largo, Sr. Maurício Rivabem. Neste momento, foi passada a palavra ao Sr. Prefeito de Campo Largo, que saudou os presentes, equipe técnica e população em geral, e lembrou que esse projeto era um sonho compartilhado com o Sr. Prefeito Marcelo Puppi e que nesta noite estava dando o primeiro passo para coloca-lo em prática. Discorre ainda sobre a oportunidade que a Audiência Pública proporciona em discutir junto à comunidade sobre as necessidades da cidade, enfatizando a importância da participação popular e agradecendo a oportunidade de participar no planejamento urbano do município, juntamente com a população. Neste momento, a mediadora intervém agradecendo a participação do Exmo. Sr. Prefeito e informa sobre os protocolos do Regimento Interno, apresentando o Exmo. Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Sr. Juarez Buttore de Oliveira, as Secretárias da Audiência e demais membros da Equipe Técnica da Prefeitura e os representantes da Empresa consultora, por fim, passando a palavra para o Exmo. Sr. Secretário Municipal e Presidente da Audiência, Juarez Buttore de Oliveira. Nesse momento, o Sr. Secretário Juarez saúda o Exmo. Sr. Prefeito, bem como a equipe técnica, enfatizando o comprometimento da equipe para o projeto, cumprimenta também os Consultores da Imtraff, ressaltando o grau de importância do projeto que estabelecerá diretrizes para atender as necessidades da população no que se refere a mobilidade urbana. Ressalta ainda que buscou-se atender as demandas, acenando para a possibilidade de haver adequações futuras, de acordo com a necessidade, entretanto, ressalta que o passo mais importante já está sendo dado. Nesse momento, o Sr. Juarez Buttore, na qualidade de Presidente, declara aberta a Audiência Pública. A mediadora então intervém e explica como procederá a dinâmica da Audiência, reiterando que as inscrições para envio de perguntas foi realizada durante do período de 29 de março de 2021 a 09 de abril de 2021, informando que também é possível enviar os questionamentos através do chat da transmissão da audiência na Página Oficial da Prefeitura no facebook e solicita que os participantes informem seu nome e em qual localidade reside. Também foi informado à população o endereço de e-mail planomobilidadaurbana@campolargo.pr.gov.br, onde a comunidade poderá encaminhar as dúvidas e sugestões após o término da audiência. Nesse momento, foi passada a palavra para



2
48 a Sra. Mariana, Secretária da Audiência, que saudou os presentes e explanou sobre dinâmica
49 da Audiência, explicando que primeiramente serão apresentados os documentos já
50 elaborados, sendo essa a segunda etapa do Plano de Mobilidade Urbana do município de
51 Campo Largo, que vem sendo elaborado desde o ano de 2020 e que hoje será contemplado o
52 diagnóstico e prognóstico do município, com relação à mobilidade urbana, também informa
53 que a população que acompanha a audiência pelo chat, poderá encaminhar suas dúvidas e
54 sugestões pertinentes aos assuntos apresentados, que na medida do possível, serão
55 respondidas ao final da audiência. Nesse momento a mediadora agradece a Sra. Mariana e
56 passa a palavra aos representantes da empresa de consultoria Imtraff, Ícaro e Igor, e equipe
57 técnica municipal da Prefeitura de Campo Largo, onde as Sras. Mariana Boing Salvatti, Gabriela
58 Semiano, apresentarão os estudos desenvolvidos durante o período que antecedeu a presente
59 audiência pública. Neste momento então, a Sra. Mariana explana sobre a lei 12.587 - Pré-
60 requisitos e recursos obrigatórios para municípios com 20.000 habitantes - Instrumento
61 norteador da política municipal de mobilidade urbana local - Temas mínimos para o PlanMob e
62 acerca do conceito de Mobilidade Urbana. Neste momento a Sra. Mariana passa a palavra a
63 Sra. Gabriela Semiano que saúda os presentes e dá início a sua fala informando que foi
64 apresentado o Plano de Trabalho à Equipe Técnica Municipal e Equipe de Acompanhamento,
65 onde o mesmo foi aprovado, informa sobre as atividades já realizadas pela consultoria, Equipe
66 Técnica Municipal e Equipe de Acompanhamento e apresenta um panorama da legislação
67 urbana e levantamento normativo. Ao fim da apresentação, a Sra. Gabriela passa a palavra
68 para o representante da empresa consultora Imtraff, o Sr. Ícaro Ramos para auxiliar na parte
69 de diagnósticos do município. Neste momento o Sr. Ícaro informa que apresentará o
70 diagnóstico do Plano de Mobilidade Urbana de Campo Largo, seguido do panorama popular.
71 Informa ainda que foram realizadas análises qualitativas e quantitativas, apresentando as
72 análises qualitativas e informando que no que se refere às análises quantitativas, foram
73 obtidos dados em campo, através de pesquisas de fluxo veicular, pesquisa de origem e destino
74 com diferentes perfis de usuários, discorrendo sobre os resultados da pesquisa. Ao concluir
75 sua explanação, o Sr. Ícaro passa a palavra para o Sr. Igor Jacson Artur Costa e Souza, para que
76 o mesmo apresente as propostas preliminares. Neste momento a Sra. Gabriela Semiano
77 intervém e solicita que o Sr. Igor aguarde para que a mediadora possa orientar os cidadãos que
78 acompanham a audiência através da transmissão via Facebook, sobre onde encontrar as
79 informações sobre o Plano de Mobilidade Urbana no site da Prefeitura de Campo Largo. Neste
80 momento então, retoma a palavra, o Sr. Igor Jacson, que saúda aos presentes e explana sobre
81 as propostas preliminares, ressaltando que elas poderão sofrer ajustes futuros visando
82 aprimorá-las. Finalizada a explanação do Sr. Igor, a mediadora toma a palavra para apresentar
83 os questionamentos encaminhados pela comunidade através do cadastro prévio, convidando o
84 Presidente da Audiência, o Sr. Juarez Buttore, as Secretárias, Sras. Mariana Salvatti e Gabriela
85 Semiano e a Equipe de Acompanhamento para responderem aos questionamentos da
86 população. O sr. Presidente ressalta que as primeiras perguntas a serem respondidas serão as
87 encaminhadas através do link disponibilizado previamente pela Prefeitura. 1ª
88 **Pergunta/sugestão (link):** Sr. Ricardo Marchewski, do Bairro Ouro Verde: Existe algum projeto
89 em pauta sobre mobilidade sustentável? **Resposta:** O PlanMob prevê Projeto de Arborização
90 nas principais vias do município e o incentivo do uso de transporte ativo (a pé e bicicletas)
91 como propostas com foco na mobilidade sustentável. Além disso, serão propostas diretrizes de
92 moderação de tráfego para priorizar os modos não motorizados como implantação de ruas de
93 convivência e calçadas, implantação do sistema de Parklets e acréscimo de calçadas,
94 implantação de travessias elevadas de pedestres e gradis nas principais áreas de
95 movimentação de pedestres como áreas de comércio significativo, escolas, unidades de saúde,



3
96 shoppings e demais polos geradores de viagens. **2ª Pergunta/sugestão (link):** Sr. Thiago de
97 Lima Teixeira, Bairro Vila Elizabeth: Existe um plano para reduzir o tempo de deslocamento dos
98 usuários públicos que residem no Bairro Guaraní e desejam se deslocar para a Ferraria?
99 Referente a sustentabilidade, existe algum planejamento neste sentido? **Resposta:** podemos
100 incluir nas propostas, como melhoria do acesso do Jardim Guarany diretamente para Ferraria.
101 **3ª Pergunta/sugestão (link):** Fernando Poletto, Bairro Rondinha: A Avenida Padre Natal Pigatto
102 é o ponto de maior movimento voltado a atividade física com pessoas correndo, andando ou
103 andando de bike. Falta uma ciclovia em toda via até a praça do terceiro milênio, calçadas sem
104 nenhuma estrutura. Devia ser feito uma remodelagem total nela, criando uma ciclovia ligando
105 Rondinha/Centro. Principal via de acesso à cidade poderia ser uma ótima propaganda para a
106 cidade. **Resposta:** Além da revitalização da infraestrutura cicloviária existente e de proposição
107 de nova rede cicloviária, o PlanMob prevê adequação e requalificação das calçadas do
108 município para atender às normas de acessibilidade. Propõe-se a diretriz de criação de Cartilha
109 para Calçadas com o intuito de instituir a concepção de calçada ideal para o município de
110 Campo Largo. **4ª Pergunta/sugestão (link):** Thiago Filla de Almeida, Loteamento Santa Rita:
111 Uma sugestão é um corredor de ciclovias ligando bairros centro. "Projeto Campo Largo Ativo"
112 incentivo ao esporte e a Saúde. **Resposta:** Nas próximas etapas do plano serão apresentadas
113 as diretrizes propostas. Está prevista a revitalização da infraestrutura viária existente e
114 também novos corredores cicloviários serão propostos com inclusão de ciclovias, ciclofaixas e
115 ciclorrotas. Vale ressaltar ainda que será proposto expansão do bicicletário existente e
116 implantação de novos paraciclos. A nova rede cicloviária será implantada de forma gradativa,
117 em fases de execução por trechos prioritários. **5ª Pergunta/sugestão (link):** André Renato de
118 Almeida, Bairro Ferrari: Melhorar acessos para entrar na cidade, tráfego de caminhões
119 pesados dentro da cidade, sinalização ruim dentro da mesma, melhorar mobilidade dos
120 pedestres no centro. **Resposta:** Será uma diretriz do PlanMob a realização de estudo técnico
121 para definição de áreas de acesso restrito ou controlado com elaboração de plano específico
122 de circulação viária, para posterior processo de sinalização restritiva e programa de educação
123 ao usuário. **6ª Pergunta/sugestão (link):** Adriano Ferreira, Bairro Bom Jesus: Existe um plano
124 de mobilidade para bicicletas em nossa cidade(ciclovia, ciclorrotas, ciclofaixa) considerando o
125 aumento de ciclistas tanto para o esporte como meio de transporte? **Resposta:** Nas próximas
126 etapas do plano serão apresentadas as diretrizes propostas. Está prevista a revitalização da
127 infraestrutura viária existente e também novos corredores cicloviários serão propostos com
128 inclusão de ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas. Vale ressaltar ainda que será proposto expansão
129 do bicicletário existente e implantação de novos paraciclos. A nova rede cicloviária será
130 implantada de forma gradativa, em fases de execução por trechos prioritários. **7ª**
131 **Pergunta/sugestão (link):** Ronian Henrique Enik, Loteamento São Vicente: Quando teremos
132 mais ciclovias na cidade? E teremos uma reforma da ciclovia em frente na Avenida Pigatto?
133 **Resposta:** Nas próximas etapas do plano serão apresentadas as diretrizes propostas. Está
134 prevista a revitalização da infraestrutura viária existente e também novos corredores
135 cicloviários serão propostos com inclusão de ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas. Vale ressaltar
136 ainda que será proposto expansão do bicicletário existente e implantação de novos paraciclos.
137 A nova rede cicloviária será implantada de forma gradativa, em fases de execução por trechos
138 prioritários. **8ª Pergunta/sugestão (link):** Priscila Requião Lessa, Localidade Colônia Dom
139 Pedro: Sugestão: Proposta de ciclovia ou zona de segurança para ciclista no acostamento da
140 277 nos entornos da cidade e nos entornos da Colônia Dom Pedro, amplamente utilizada por
141 ciclista (sinalização / campanha de educação no trânsito para motoristas e ciclista / placas .
142 **Resposta:** Considerando o alto tráfego existente de ciclistas nos acostamentos, será proposta
143 como diretriz a implantação de sinalização ostensiva de indicação de rotas cicláveis nos



4
144 principais corredores, sobretudo nas rodovias, para indicar a presença de ciclistas e garantir
145 maior segurança aos ciclistas que utilizam o acostamento para trafegar. Além disso serão
146 realizadas campanhas educacionais com diferentes perfis de usuários (ciclistas, motoristas,
147 pedestres etc). **9ª Pergunta/sugestão (link):** Juliano Castagnoli, Bairro Cambuí: Mais
148 semáforos. **Resposta:** O PlanMob irá propor como diretriz a implantação das propostas de
149 transposição em nível (semáforos) ou desnível (viadutos) nos principais corredores do
150 município. Além disso, será recomendada a realização de estudos técnicos para verificar a
151 viabilidade de instalação de semáforos inteligentes possibilitando maior otimização dos ciclos
152 e uso do território, priorizando os deslocamentos não motorizados. Encerrados os
153 questionamentos enviados via cadastro prévio, a Sra. Mariana passa a palavra para a
154 mediadora, para que sejam lidas as perguntas feitas pela população que acompanha a
155 Audiência Pública através do chat da Página Oficial da Prefeitura de Campo Largo no Facebook.
156 **1ª Pergunta/sugestão (chat):** Alan Maori: minha colaboração hoje seria, reivindicar uma nova
157 alternativa de acesso em frente a rotatória dos móveis Campo largo. Importante reiterar que a
158 sincronização dos semáforos, faz parte da mobilidade urbana na agilidade do trânsito do
159 centro. **Resposta:** Durante a audiência Já foi enfatizada a importância dos semáforos
160 “inteligentes” e informa que serão realizados estudos técnicos que viabilize a implantação
161 desses semáforos, já havendo previsão para elaboração de proposta para a BR 277 em Frente
162 a “Móveis Campo Largo”, como um dos pontos conflitantes e um dos maiores gargalos do
163 município. **2ª Pergunta/sugestão (chat):** José Medes, Bairro Ferrari: Uma obra muito
164 importante e aguardada é o binário da Rua Taner de Andrade. **Resposta:** Já existe um projeto
165 pronto para o binário da Rua Ema Taner de Andrade e Av. Des. Clotário Portugal, onde é
166 prevista a transposição do referido trecho da BR 277, onde inclusive, já estão sendo captados
167 recursos para viabilização desta obra, quando o município tiver a autonomia necessária. **3ª**
168 **Pergunta/sugestão (chat):** Vai haver alguma faixa de pedestres diagonal? **Resposta:**
169 Infelizmente, a Legislação de Trânsito Federal inviabiliza a realização de trajetória na diagonal,
170 mas será analisada uma forma de reduzir os percursos de outras formas. Neste momento a
171 mediadora pergunta a Sra. Gabriela se ela deseja fazer alguma colocação e ela responde que
172 foi verificado no acompanhamento do chat que há questionamentos sobre a existência de
173 projetos que beneficiem os bairros. Respondendo então e esse questionamento, a Sra.
174 Gabriela informa que os estudos preliminares se estendem para todos os bairros, localidades e
175 distritos do município de Campo Largo, contemplando a população como um todo e não
176 somente para o Centro da Cidade. A Sra. Gabriela informa ainda, que as perguntas que foram
177 encaminhadas via link de inscrição e que não foram respondidas ao vivo, durante a Audiência,
178 foi porque não cabiam a etapa específica, mas que todas serão respondidas via e-mail, dentro
179 do prazo máximo de 15 (quinze) dias e que devido ao tempo excedido, não será possível
180 responder a todas as perguntas feitas através do chat da transmissão, mas será criado um
181 canal no site da Prefeitura de Campo largo, onde a população poderá registrar seus
182 questionamentos e apresentarem sugestões. Neste momento a mediadora toma a palavra e
183 orienta novamente sobre como acessar as informações referentes ao Plano de Mobilidade
184 Urbana no site da Prefeitura de Campo Largo. Novamente é passada a palavra à Sra. Gabriela,
185 que encerra sua apresentação colocando em tela as informações referentes as próximas
186 etapas pós 1ª Audiência Pública, ressaltando a importância da colaboração da população e
187 informando que a previsão da 2ª Audiência Pública é para ser realizada no mês de junho/2021
188 e que todas as informações serão amplamente divulgadas através do site e das mídias sociais
189 da Prefeitura de Campo Largo. Neste momento, a Sra. Gabriela passa a palavra para o Sr.
190 Presidente da Audiência, Juarez Buttore que agradece o empenho da equipe técnica municipal,
191 equipe de acompanhamento, aos consultores da Imtraff, mas sobretudo, aos munícipes que



5
192 acompanharam e participaram de forma efetiva em número e contribuições e conclama a
193 todos para que sejam disseminadores da ideia e que divulguem o Plano de Mobilidade de
194 Campo Largo a fim de que na 2ª Audiência Pública, haja um número maior de participantes a
195 para que seja possível apresentar um plano que contemple uma maior parte da população.
196 Neste momento então, o Sr. Presidente, Juarez Buttore de Oliveira, declara encerrada a 1ª
197 Audiência Pública do Plano de Mobilidade. E por ser verdade, eu, Beatriz de Souza Machado,
198 lavrei esta Ata.

199

200

201

JUAREZ BUTTORE DE OLIVEIRA

202

PRESIDENTE

203

204

205

MARIANA BOING SALVATTI

206

SECRETÁRIA

207

208

209

GABRIELA SEMIANO

210

SECRETÁRIA

211

212

213

MIRELA JACOMASSO MEDEIROS

214

MEMBRO SUPLENTE/ EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO

215

216

217

JUARES PIANESSER CARVALHO

218

MEMBRO TITULAR / EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO

219

220

221

ÍCARO RAMOS

6
222
223
224
225
226



IMTRAFF – EMPRESA CONSULTORA

IGOR JACSON ARTUR COSTA E SOUZA

IMTRAFF – EMPRESA CONSULTORA





**Ata da 2ª Audiência Pública do Plano de Mobilidade de Campo Largo/PR,
realizada no dia 22 de junho de 2022, presidida pelo Sr. Juarez Buttore de
Oliveira.**

Aos vinte e dois dias do mês de junho de 2022, às dezenove horas (19h00), deu-se início a 2ª Audiência Pública do Plano de Mobilidade Urbana de Campo Largo/PR, realizada no Plenário da Câmara Municipal de Campo Largo, situado à Rua da Subestação de Enologia, 2008 – Vila Bancaria, transmitida simultaneamente na Página Oficial da Câmara de Municipal no Facebook, através do link <https://www.facebook.com/cmcampolargo> e pelo YouTube através do link <https://youtube.com/channel/UCvkRztfV3ngb-qY8uFZRNZw>. Estavam presentes na videoconferência, o Presidente da Segunda Audiência, Sr. Juarez Buttore de Oliveira, as Secretárias da Audiência e Membros da Equipe Técnica Municipal, Sras. Precielle Brafman de Souza, Evelise Bianco Surgik, Gabriela Semiano, Mirela Jacomasso Medeiros e Beatriz Machado, representando a Empresa consultora IMTRAFF, os Sres. Ícaro Ramos Nunes Batista, Frederico Rodrigues, Gustavo Resgala, Fabrício Santhiago Ribeiro e Sra. Nádia Cristina dos Santos Sudário como representante da Equipe de Apoio, as Sras. Anna Carolina Cavalheiro, Letícia Goll e Preliminarmente, o Sr. Juarez Buttore de Oliveira, Presidente da Segunda Audiência, apresentou seus agradecimentos aos Servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agropecuária pela disponibilidade de contribuir mesmo fora de seus horários de expedientes e pelo empenho na realização do trabalho desempenhado para realização da presente Audiência. Na sequência, destacou a ausência do Exmo. Sr. Prefeito, Maurício Rivabem, informando que o mesmo encontra-se em evento junto do Governo do Estado do Paraná na Assembleia Legislativa por ocasião do evento em comemoração ao aniversário da FEMOCLAM, saúda também aos Vereadores presentes, os Sres. João D'água e Sargento Chrestani, bem como ao Sr. Jean Torres, Diretor Administrativo da Câmara Municipal de Campo Largo e demais membros do Executivo Municipal. Informa ainda que o evento trata-se da 2ª Audiência Pública do Plano de Mobilidade Urbana de Campo Largo, enfatiza que o Plano foi muito bem elaborado e que na 1ª Audiência houve uma grande participação popular através das redes sociais, destaca também a participação da Equipe da IMTRAFF, empresa de assessoria contratada para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana – PMU. Continuando sua explanação, o Sr. Juarez Buttore informa que o objetivo da Audiência Pública é a apresentação de resultados e a definição das propostas para o Plano de Mobilidade Urbana do Município de Campo Largo. Neste momento, o Sr. Juarez passa a palavra à Srª Gabriela Semiano, que inicia informando de que a lista de presença encontrava-se na entrada do Plenário e solicitou aos presentes que a assinasse e também ressaltou que no mesmo local encontrava-se disponível o Regimento Interno da Audiência Pública. Nesse momento, a Sr.ª Gabriela informa que será explicado como se daria a dinâmica da Audiência e complementando o dito pelo Presidente da Audiência, informa que a Audiência tem como objetivo específico a discussão da 3ª Etapa do Plano de Mobilidade Urbana de Campo Largo, no qual constam as diretrizes e propostas para calçadas, tratamentos cicloviários, sistema viário estruturante, transporte coletivo e cenários e concepção de propostas de modo a conferir transparência no processo e assegurar a participação da população, informa ainda que dentro da Audiência será considerado participante, qualquer cidadão ou cidadã, sem distinção de qualquer natureza, interessado em contribuir com o processo de discussão do Plano de Mobilidade Urbana desde que devidamente inscrito para o evento, nos termos do edital. Informa ainda que o



45 prazo para conclusão da 2ª Audiência Pública do PMU é de até as 21h00 e que primeiramente
46 será apresentado o conteúdo desenvolvido neste período referente a propostas e que a equipe de
47 apoio coletará as perguntas para serem lidas e respondidas ao final do evento. A Sr.ª Gabriela
48 passa a palavra para a Sr.ª Nádia, que realizará a apresentação referentes as análises de cada
49 etapa da elaboração do PMU. A Sr.ª Nádia então saúda a todos os presentes e informa que serão
50 apresentadas as propostas e diretrizes que irão compor a minuta de lei do Plano de Mobilidade
51 Urbana de campo Largo, que é um grande instrumento do Ordenamento Territorial com os
52 modos de transportes, mas inicialmente, passa a palavra ao Sr. Frederico Rodrigues para uma
53 breve introdução sobre a importância dos Planos de Mobilidade à luz dos Planos Diretores e
54 futuramente, também do Plano Nacional das Cidades Inteligentes. De posse da palavra, o Sr.
55 Frederico saúda os presentes, informando que estão no processo de elaboração do PMU e
56 agradecendo a toda equipe da Prefeitura, ressaltando que o contato inicial foi com a Sr.ª
57 Gabriela, estendendo seu agradecimento a toda a equipe da IMTRAFF, considerando
58 coordenação, líder de projeto, arquitetos, engenheiros, apoio logístico, coordenador de pesquisa,
59 advogado, que ao todo, somam 23 pessoas, pois trata-se de um trabalho multidisciplinar e isso
60 traz satisfação ao ver o produto que vai se formando, informa que o Plano encontra-se no
61 momento na etapa de diretrizes e propostas e gostaria de fazer uma breve reflexão sobre a
62 importância deste instrumento de planejamento que acontece no Brasil já há alguns anos,
63 entretanto, de forma geral, ocorre tardiamente, que falamos em termos de Brasil, demorou-se a
64 perceber que é preciso planejar e que durante muito tempo, trabalhou-se remediando e não
65 “vacinando” os problemas existentes na questão de Planejamento Urbano. Enfatiza que agrada-
66 se da frase “Tendência não é destino” de René Dubos, também utilizada por Jaime Lerner,
67 significa que o crescimento de uma cidade estar indo por um lado ou está com a tendência de
68 acontecer determinada coisa na questão do transporte da cidade, que necessariamente tem que
69 acontecer, e a forma de mudar isso é planejando e não apenas atuando em função de problemas
70 que venham a ocorrer. Continuando, o Sr. Frederico explana sobre sua filosofia sobre o que é
71 planejar, enfatiza que isso serve para qualquer coisa, desde planejar uma cidade ou procurar
72 alguém para casar, tudo deve ser planejado, para isso, se deve fazer três perguntas básicas: “O
73 que eu tenho?”, “O que eu quero ter?”, e “o que eu preciso fazer para ter aquilo que eu quero?”.
74 Quando trata-se de planejamento urbano de uma cidade, as perguntas devem ser: “Que cidade eu
75 tenho hoje, como está o transporte, o trânsito?”. Após esse diagnóstico, deve-se passar para a
76 seguinte pergunta: “O que eu quero ter?”. Essas perguntas, são o que norteiam a próxima etapa,
77 e uma vez definido o que eu quero ter para nossa cidade, o que eu preciso fazer para ter isso?
78 “Quais as propostas específicas?” Esse é um resumo do trabalho da IMTRAFF da etapa de
79 diretrizes e propostas. Sem mais, o Sr. Frederico passa a palavra para a Sr.ª Nádia que dá início
80 a sua apresentação informando que será apresentada uma breve contextualização do Plano de
81 Mobilidade Urbana de Campo Largo, o chamado PLAMOB, instrumento da Gestão Pública
82 Urbana, auxiliando os Planos Diretores no ordenamento do território e organizando os meios de
83 transporte dentro deste mesmo território, na sequência, informa que o município de Campo
84 Largo já está na sua 2ª Audiência Pública, e que anteriormente já foram realizadas outras etapas,
85 sendo elas: Etapa 1 – Mobilização e levantamento de Informações: Concluída, Etapa 2 –
86 Diagnóstico e Prognóstico, e atualmente encontra-se sendo realizada a Etapa 3, Diretrizes e
87 Propostas, onde realiza-se a 2ª Audiência Pública, também precedida de diversas reuniões
88 técnicas para elaboração prévia das diretrizes, bem como reuniões de alinhamento, e realização
89 das oficinas técnicas ressaltando a importância da participação popular. Dando sequência a



90 apresentação, informa que a 4ª Etapa trata-se da Consolidação do Plano de Mobilidade Urbana,
91 onde o produto final será a minuta do Projeto de Lei que será remetida ao Legislativo Municipal
92 para que possa ser dada continuidade nas ações e projetos de mobilidade no prazo de 10 anos.
93 Informa ainda que o Plano de Mobilidade é uma Determinação da Lei 12.587/2012, para
94 municípios de mais de 20.000 habitantes, que é um pré-requisito para requisição de recursos
95 federais, e explica quais são suas etapas e eixos. Ainda na contextualização, é informado que a
96 Política Nacional de Mobilidade Urbana estabelece como diretrizes e princípios gerais a
97 inclusão social e a acessibilidade em todo e qualquer município, dentro da inclusão não social,
98 mas também dos modos de transportes. Iniciando as diretrizes por eixos, é tratado o primeiro
99 eixo Gestão Pública para a mobilidade urbana, onde é informado que foram estabelecidas
100 algumas ações prioritárias, chamadas propostas que a partir da aprovação da presente audiência,
101 bem como do alinhamento, irá constituir o texto para a minuta da Lei, não sendo somente o está
102 sendo apresentado na 2ª Audiência Pública, mas todo o desdobramento técnico e leitura jurídica.
103 Na sequência da apresentação, a Srª Nádia discorre sobre o eixo da Gestão Pública para a
104 mobilidade urbana, seus prazos e fontes de recursos. Passando para o Eixo 2, são apresentados
105 os chamados “Modos não-motorizados”, ou seja, calçadas, caminhabilidade, acessibilidade e
106 rede cicloviária, bem como outros modos não-motorizados que possam aparecer dentro da
107 matriz de transportes do município ao longo dos anos horizontes. No Eixo 3, são apresentados
108 os chamados “Modos Motorizados”, onde será trabalhado prioritariamente o transporte coletivo
109 de passageiros (ônibus) e transporte de cargas, em cima de demandas identificadas nos
110 diagnósticos, bem como pesquisa popular e pesquisas técnicas, seus prazos e fontes de recursos.
111 Passando para o Eixo 4 que trata do Sistema Viário, prioritariamente tem-se a adequação
112 gradativa das chamadas “Seção Tipo” eixos e vias mencionadas no caderno denominado
113 Sistema Viário Estruturante, incluindo as diretrizes metropolitanas e as diretrizes do Plano
114 Diretor, sendo apresentada uma nova hierarquia viária e suas classificações, seus prazos e fontes
115 de recursos. Partindo para a conclusão da Política de Mobilidade Urbana local, é informado já
116 existe uma política de cidades inteligentes, que trata-se de um instrumento de gestão urbana
117 essencial à coordenação e à sustentabilidade das ações, políticas e programas de cidades
118 inteligentes e que encontra-se em processo de finalização através de um PL nº 976/2021 e que
119 será mais um Plano que os municípios terão que desenvolver tendo como componentes:
120 Sociedade inovadora e altamente qualificada, Economia, Governo, Sustentabilidade, TIC e
121 demais tecnologias. Como próximas etapas do PMU, a Srª Nádia destaca a Validação das
122 diretrizes com a equipe municipal, Análise técnica das demandas elaboradas pela COMEC e
123 inclusão dessas após verificação da viabilidade, respeitadas as diretrizes metropolitanas e
124 Elaboração da Minuta de Lei com as diretrizes da política municipal de mobilidade urbana de
125 Campo Largo-PR. Encerrando sua apresentação, a Srª Nádia informa sobre as próximas etapas
126 e lembra que serão realizadas as oficinas técnicas 2 e 3, reforçando a importância da
127 participação da população, agradece a atenção dos presentes. De posse da palavra, a Srª
128 Gabriela informa faz a leitura dos questionamentos coletados pela equipe de apoio. 1ª
129 **PERGUNTA:** Ver. Sargento Leandro Chrestani - “Por qual motivo não é exigido nas obras
130 públicas o cumprimento da Lei Federal de acessibilidade a exemplo das novas calçadas do
131 centro que não possuem piso tátil?” **RESPOSTA:** Srª Precielle Brafman de Souza – Sobre as
132 calçadas, falando das obras públicas em geral, em todos os projetos em que a secretaria tem
133 trabalhado, ou seja, creche, rodoviária, casa da cultura, foi adotado o piso tátil, o que não é
134 obrigatório, mas sim uma recomendação é nas calçadas em si, exemplo disso são as esquinas,



135 citadas como pontos mais críticos, foram colocados pisos táteis, apenas não foram colocados de
136 forma contínua, mas nos locais onde há exigência legal, está sendo cumprido. **2ª PERGUNTA:**
137 Será incluído da nova licitação de transporte público, o atendimento às necessidades dos
138 portadores de deficiência como aviso sonoro, um aplicativo que funcione, piso tátil no terminal,
139 entre outros?” **RESPOSTA:** Sr.ª Gabriela Semiano – Paralelo ao PMU está sendo feito um
140 novo contrato para o projeto básico do Transporte coletivo, e nele será realizada uma audiência
141 pública específica para o transporte coletivo, que ocorrerá no dia 28 de julho de 2022 para
142 avaliar as propostas para o novo contrato, onde já consta as questões referentes a implantação de
143 acessibilidade. **3ª PERGUNTA:** Por qual motivo o poder público não toma medidas para
144 melhorar as calçadas de maior circulação de pedestres a fim de proporcionar maior
145 acessibilidade nas áreas que abrangem a zona central, do terminal, das escolas? **RESPOSTA:**
146 Sr.ª Nádia – Com relação a 1ª e a 3ª pergunta, mesmo que existam leis federais com relação a
147 acessibilidade, infelizmente é possível constatar que em alguns municípios, principalmente pr
148 parte do empreendedor ou por parte de quem vai executar uma obra, é questionado que por
149 tratar-se de uma lei federal, há um entendimento por parte dos mesmos de que o município não
150 precisaria cobrar, entretanto, com a política de Mobilidade Urbana Municipal foi possível
151 resgatar essas demandas contidas nas leis federais com relação a acessibilidade e para cada
152 temática, sobretudo, no que se refere a acessibilidade nas calçadas para pessoas com
153 necessidades especiais, será inserida uma diretriz à luz dessas legislações federais para que a
154 partir de um certo prazo, passe a ser obrigatório no município, inclusive em calças já
155 consolidadas e verificar nos novos empreendimentos, enquanto diretriz, essa obrigatoriedade de
156 instalação de piso tátil dentro das normas técnicas federais e criando parâmetros municipais,
157 conforme os fatores locais. Neste momento, a Sr.ª Gabriela pergunta ao Ver. Sargento
158 Chrestani se o mesmo gostaria de fazer alguma colocação e o mesmo responde que sim. De
159 posse da palavra, o Ver. Sargento Chrestani apresenta-se e saúda a todos os presentes e começa
160 abordando sobre a Lei de acessibilidade informando que protocolou um requerimento e ainda
161 aguarda resposta, sobre as diretrizes mencionadas, o mesmo diz que vê uma questão um pouco
162 mais complexa, abordando primeiramente sobre a acessibilidade informando que o
163 requerimento protocolado trata-se das obras executadas pelo município nos últimos tempos,
164 citando as regiões da Ferraria, local onde reside e conhece bem, onde foram gastos na rua Mato
165 Grosso, R\$ 7,5 milhões, e não se cumpre a lei de acessibilidade como rampas de acesso, piso
166 tátil, inclinação de entrada e saída de veículos e obstáculos das vias, inclusive do próprio
167 município, cita também as obras do Centro que em alguns locais não foi cumprido o
168 estabelecido pela lei federal de acessibilidade, ressaltando que a Sr.ª Gabriela informou que
169 seria uma normativa federal e não uma obrigatoriedade. Continuando sua explanação, o
170 Vereador complementa dizendo que assim que começaram as obras nas calçadas, onde as
171 mesmas foram modificadas, o mesmo apresentou o requerimento solicitando para que já fosse
172 implantado o piso tátil para que não houvesse novamente a modificação e conseqüentemente,
173 mais gastos de recursos públicos para atendimentos de uma nova diretriz estabelecida pelo
174 PMU, salienta que considera um gasto desnecessário pois poderia ser feito tudo em uma só vez.
175 Exemplifica que em outros municípios, todas as obras executadas pela Prefeitura, já é colocado
176 o piso tátil, ainda que não haja a obrigatoriedade prevista na Lei federal, a qual discorda.
177 Informa que há algum tempo, recebeu algumas famílias de pessoas com deficiência visual, que
178 precisaram mudar-se Campo Largo para Curitiba, pois na Capital conseguem se movimentar e
179 aqui no município, não conseguem, informa ainda que saem da Escola Estadual Clotário



180 Portugal, onde há a sede do “Recursos Visuais” e não conseguem chegar até o terminal, pois a
181 calçada não permite que elas façam isso, ressalta que considera esse um dos grandes problemas
182 da acessibilidade no município. Salienta que quando se fala de acessibilidade, a primeira
183 imagem que vem a mente é a do cadeirante, mas não é somente o cadeirante que precisa de
184 acessibilidade, e que as alterações das leis de acessibilidade preveem também o deficiente
185 físico, visual e auditivo, e considera que o município de Campo Largo peca nesse sentido,
186 lembra que serão instalados novos semáforos e que não foi contemplado o sinal sonoro e que
187 isso precisa ser revisto antes da promulgação da Lei de Mobilidade Urbana para que não se faça
188 o trabalho duas vezes, pois para o poder público exigir a um particular que execute um serviço
189 de qualidade, é necessário que se dê o exemplo. Informa que esse Plano de Mobilidade já está
190 sendo implantado no município através das obras do Centro, onde as calças foram aumentadas e
191 as vias de circulação de veículos foram reduzidas, o qual ele concorda que se deve reduzir o
192 fluxo de veículos para evitar acidentes e que segundo o que foi passado aos vereadores, trata-se
193 de um projeto nos moldes de cidades europeias onde foi aplicado e deu certo e que deve-se
194 implantar em Campo Largo também, lembra que foi abordada na presente audiência o tema do
195 transporte público e questiona se o município está apto a receber esse tipo de mobilidade,
196 ressalta ainda que não foi feita uma audiência pública para a obra das calçadas, não foram
197 chamados os comerciantes, empresários e a população para discutir sobre o tema e exemplifica
198 que uma cidade europeia reduz o fluxo de veículos, jogando para periferia do anel central da
199 cidade, o que é ótimo, mas a segurança pública é diferente, as pessoas são culturalmente
200 diferentes, na Europa utiliza-se menos o veículo porque lá o sistema de transporte público é
201 eficiente, diferente do nosso que não é, pois lá utiliza-se o trem, metro e aqui utilizamos
202 basicamente o ônibus que deixa a desejar. Enfatiza que o hoje os policiais militares, bombeiros,
203 ambulâncias não têm mobilidade no centro de Campo Largo, em seu entendimento, diz que os
204 comerciantes estão “fadados” a ser assaltados por pessoas a pé ou mesmo de moto porque as
205 viaturas e demais veículos de emergência não conseguem circular no centro da Cidade, porque a
206 grande maioria das agências bancárias estão no centro, por essa razão, os carros-fortes param no
207 meio da via e obstruem o fluxo, obrigando um veículo de emergência a transitar por cima das
208 calçadas, trazendo risco ao pedestre, ou seja, tentando solucionar um problema, o município
209 acaba causando outro. Lembra que os serviços de segurança do município são feitos no por
210 RPA (Rádio Patrulha Auto), são feitos 100% com veículos, não havendo policiamento a pé, de
211 bicicleta ou a cavalo, a exemplo da Europa, por essa razão, considera o Centro da Cidade uma
212 das maiores fragilidades com relação a segurança devido as mudanças realizadas nas calçadas e
213 vias públicas. Para encerrar, o Vereador informa que constatou que foi instalado um semáforo
214 na Rua Mato Grosso e lembra que o mesmo já foi tentado em outra ocasião e no horário de pico,
215 entre 18h e 19h o fluxo era extremamente intenso, sugere que se for pertinente, invés de colocar
216 semáforo, colocar uma rotatória que permitirá que o fluxo de veículos não pare e diminua a
217 incidência de acidentes, também relata que havia duas lombadas que precediam e sucediam
218 esses “entroncamentos” e que durante a obra foram retiradas e não foram recolocadas o que tem
219 ocasionado mais acidentes do que havia antes, por essa razão o vereador considera a colocação
220 de uma rotatória melhor do que um semáforo para que o fluxo de veículos seja contínuo ao
221 passo que tendem a diminuir o volume de acidentes. O Vereador então agradece ao Presidente
222 da Audiência e coloca-se a disposição, bem como a Câmara Legislativa Municipal. De posse da
223 palavra, a Sr.^a Gabriela informa que no que se refere a acessibilidade, está prevista nas diretrizes
224 do PMU para que seja atendida a norma prevista na NBR 9050 que estabelece os parâmetros



225 tanto em calçadas, como edifícios públicos, portanto, já está sendo previsto dentro do produto
226 específico para calçadas, ressalta ainda, que na presente audiência, foi apresentado um resumo
227 das propostas para o município, mas que todos os produtos e diagnósticos podem ser
228 consultados dentro do subportal do PMU, complementa informando que o Plano de Mobilidade
229 já está sendo implantado, entretanto, o projeto das calçadas foi feito em paralelo ao PMU que
230 definiu em quais ruas seriam implantadas as calçadas, mas conforme explicado, a intenção da
231 implantação dos três anéis viários é descentralizar o uso do veículo nas regiões centrais e o
232 aumento das calçadas permite com que o pedestre transite de forma mais eficientes. A Sr.^a
233 Nádia complementa informando que o PMU é um instrumento como o Plano Diretor e que
234 necessariamente, não há nada “pronto e acabado” e que se tratando de engenharia de tráfego, há
235 essa mobilidade por si só, portanto, todo e qualquer intervenção que o município irá fazer, terá
236 um rol de diretrizes no sentido de fazer algo que não traga benefícios a uma localidade, ao passo
237 que cria um problema em outra, essas análises deverão ser feitas de forma sistemática e a
238 intervenção com semáforos e rotatórias também existem diretrizes e propostas em outras
239 localidades e logicamente precisarão ser realizados outros estudos técnicos pois daqui há cinco
240 anos toda a dinâmica daquela localidade poderá estar totalmente diferente. Discorre ainda, sobre
241 os semáforos que forma implementados, dependendo do equipamento, é possível realizar a
242 instalação dos sinais sonoros e da botoeira para a inclusão dos pedestres e reforça que no
243 relatório já foi pensado na inclusão dos semáforos integrados e inteligentes para evitar que se
244 formem filas, onde o próprio equipamento se programa para o fluxo para aquele momento, ou
245 seja, implementando equipamentos que visem a mobilidade inclusiva, que é necessária e que já
246 está contemplada no Plano de Cidades Inteligentes para ser reestruturado. O Sr. Ícaro pede a
247 palavra para complementar a informação com relação a implantação do semáforo que na
248 questão de tráfego, acessibilidade e análise de trânsito, se tem basicamente três pilares, sendo
249 eles: Acessibilidade, que é o acesso fácil às localidades, uma rotatória é um exemplo de
250 ferramenta que facilitada essa acessibilidade, a Mobilidade que seria o tráfego de passagem, ou
251 seja, deslocar-se de um ponto a outro em vias de velocidade maior e a Segurança. Quando se
252 favorece uma destas questões, acaba prejudicando as outras, então na questão específica da Rua
253 Mato Grosso com a Av. Arapongas, em contato com a população em etapas anteriores ao PMU
254 foi identificado que uma rotatória poderia facilitar em alguns pontos, no entanto, a Rua Mato
255 Grosso é um eixo viário importante de passagem, com a questão da ligação do município de
256 Campo Largo com a capital, Curitiba e com a implantação de uma rotatória prejudicaria esse
257 tráfego de passagem desse eixo importante e a Av. Arapongas, em contrapartida, é uma via que
258 tem uma certa importância para o distrito da Ferraria, o semáforo serve para equilibrar os três
259 pilares, proporcionando a segurança viária. A Sr.^a Gabriela complementa informando que com
260 relação ao semáforo da Ferraria, foi debatido entre a equipe técnica se o mesmo seria
261 implantado, e chegou-se a conclusão de que seria uma opção viável, mas lembra que o PMU é
262 previsto para dez anos, assim como o Plano Diretor, onde há metas, entretanto, isso não
263 significa que serão implantadas de imediato, é preciso haver uma previsão de crescimento da
264 cidade e dentro deste prazo, é possível apresentar novas propostas que condizem com histórico
265 de crescimento do município, por essa razão é necessário pensar no crescimento do município a
266 longo prazo, são pontos como esses que se deve levar em consideração dentro do planejamento.
267 4ª PERGUNTA: Sr. Sérgio Ricardo Franco – Devido a inauguração do Shopping às margens da
268 BR 277, foi incluído de forma prioritária Estudos de Impacto do elemento de tráfego na região,
269 bem como a possível migração da população do atual eixo central, para os arredores do



270 Shopping. RESPOSTA: A Sr.^a Gabriela responde informando que com relação a esse item
271 específico, o Shopping teve aprovação dentro do município, passando um Estudo de Impacto de
272 Vizinhança onde foi realizado um estudo de tráfego específico para a região, e com a
273 implantação do Shopping a tendência é que a região cresça no entorno, podendo aumentar o
274 número de residências e empreendimentos que venham agregar valor na localidade, sendo todas
275 estas questões avaliadas dentro do E.I.V. e com base nessas informações, foi possível
276 estabelecer parâmetros para indicar o que seria necessário para o entorno, sendo firmado um
277 Termo de Compromisso onde constam as medidas mitigadoras para a região, como exemplo,
278 cita a ampliação da Rua João Bertoja que otimizará o fluxo de veículos, salienta que dentro do
279 PMU está sendo colocado os PGT (Polos Geradores de Tráfego) e com isso, será possível
280 analisar de forma mais específica os grandes empreendimentos que estão vindo para a região,
281 tendo além da análise no entorno, também será estudado as questões ligadas ao tráfego a fim de
282 melhorar a acessibilidade e mobilidade para que o empreendedor consiga as licenças necessárias
283 dentro do município. Informa ainda que todos os estudos estão disponíveis para a população,
284 que pode solicitá-los junto a SMDU. O Sr. Sérgio complementa perguntando se na Rua Luiz
285 Rivabem, que provavelmente será o único acesso da Sede para o Shopping, houve algum estudo
286 para instalação de uma travessia na BR 277 caso aumente o movimento. A Sr.^a Gabriela
287 responde informando que ainda não há previsão do alargamento da Rua Luiz Rivabem, tendo
288 portanto, dentro do Estudo de Impacto de Vizinhança foi previsto o alargamento da Av. João
289 Bertoja que faz ligação com a ponte que dá acesso do Shopping. A Sr.^a Precielle informa à Sr.^a
290 Gabriela que existe um projeto para reurbanização da via Luiz Rivabem, entretanto, dentro do
291 E.I.V. foi definido como prioridade o alargamento da Av. João Bertoja. Salienta que como
292 medida mitigadora, a empresa está doando o projeto e execução para alargamento de 20 m da
293 via, com os acessos e desvios e também dentro do Termo de Compromisso, está firmado que de
294 4 em 4 anos aproximadamente, eles deverão apresentar um estudo de tráfego mais detalhado já
295 com o Shopping implantado, para que seja possível analisar a necessidade de um acesso
296 paralelo, também informa que dentro do PMU existe um produto de simulação, onde foi
297 constatado que a Av. João Bertoja seria mais influenciada pela implantação do
298 empreendimento. Por fim, a Sr.^a Gabriela reforça que todos os produtos e documentos do Plano
299 de Mobilidade Urbana estão disponíveis para consulta no Site da Prefeitura, enfatiza que na
300 presente audiência foi apresentado um apanhado geral das propostas específicas mas que dentro
301 dos produtos é possível ter uma visão mais ampla do que está sendo implantado. Informa sobre
302 a realização das oficinas técnicas 02 e 03 que serão realizadas nos dias que se seguem e convida
303 a população a participar, sobretudo, os munícipes que residem na região central, onde será mais
304 impactada com os anéis viários. A Sr.^a Nádia enfatiza a importância da participação da
305 população nas Oficinas Técnicas, mesmo que não de forma presencial, podendo encaminhar
306 suas dúvidas e sugestões através do e-mail já disponibilizado pela Prefeitura, informa que será
307 realizada a 3ª Audiência Pública onde serão apresentadas as propostas já no processo de
308 finalização e com uma leitura mais jurídica para que todos os questionamentos estejam de fato,
309 garantidos na forma da Lei dentro dos aspectos municipais, coloca-se à disposição para
310 possíveis dúvidas e questionamentos. Neste momento então, o Sr. Presidente, Juarez Buttore de
311 Oliveira, declara encerrada a 1ª Audiência Pública do Plano de Mobilidade, e por ser verdade,
312 eu, Beatriz de Souza Machado, lavrei esta Ata.



313

314



Ata da 3ª Audiência Pública do Plano de Mobilidade de Campo Largo/PR, realizada no dia 31 de agosto de 2022, presidida pelo Sr. Fernando Andres Galarza.

Aos trinta e um dias do mês de agosto de 2022, às dezenove horas (19h15min), deu-se início a 3ª Audiência Pública do Plano de Mobilidade Urbana de Campo Largo/PR, realizada no Plenário da Câmara Municipal de Campo Largo, situado à Rua da Subestação de Enologia, 2008 – Vila Bancaria, transmitida simultaneamente na Página Oficial da Câmara de Municipal no Facebook, através do link <https://www.facebook.com/cmccampolargo/videos/5928138347196560/> e pelo YouTube através do link <https://www.youtube.com/watch?v=SHTAZN1P0FQ>. Estavam presentes na videoconferência, o Presidente da Terceira Audiência, Sr. Fernando Andres Galarza, a Secretária da Audiência, Sr.ª Gabriela Semiano e Equipe de apoio Municipal, Sras. Evelise Bianco Surgik, Letícia Goll, Anna Carolina Cavalheiro e Beatriz Machado, Precielle Brafmam de Souza, representando a Empresa consultora IMTRAFF de forma online, os Sres. Gustavo Resgala, Igor Jackson Arthur Costa e Souza, Paulo Júnio Moura Rosa, Elgen Leite de Castro Costa Júnio e presencialmente, a Sra. Nádia Cristina dos Santos Sudário. Preliminarmente, o Sr. Fernando Andres Galarza, Presidente da 3ª Audiência, apresentou-se como Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, informa que encontra-se no cargo há 30 dias e ressalta que seu trabalho é realizado pensando sempre em uma cidade melhor. Agradece ao Exmo. Presidente da Câmara Municipal, Sr. Pedro Barausse e demais vereadores e servidores desta Casa Legislativa, também presta seus agradecimentos ao Exmo. Sr. Prefeito, Maurício Rivabem e a todos os Secretários Municipais e servidores da Prefeitura de Campo Largo, presta seu agradecimento especial aos servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento urbano, bem a todos os representantes da comunidade presentes e àqueles que assistem através das mídias sociais. Nesse momento, o Sr. Presidente da Audiência declara aberta a 3ª Audiência Pública para apresentação e discussão do Plano de Ação e Investimentos, minuta do ante projeto de Lei e resultados das oficinas realizadas do Plano de Mobilidade de Campo Largo. Na sequência, informa que o trabalho iniciou-se em 2020 e encontra-se próximo de sua conclusão, sendo esta etapa, a última do Plano. Ressalta a importância da participação de toda a sociedade durante todas as etapas, bem como do Plano Diretor. Concluindo sua introdução, o Sr. Fernando passa a palavra à Senhora Gabriela Semiano, que então saúda a todos e apresenta-se como Diretora do Departamento de Planejamento Urbano, informa que seu departamento está a frente das questões que envolvem o Plano de Mobilidade Urbana do município de Campo Largo e explana sobre a dinâmica da 3ª Audiência Pública que se dará primeiramente com a Abertura da Audiência, seguida da apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da audiência, exposição pela equipe técnica municipal e empresa contratada, abertura para discussão com a plenária e encerramento com informações referentes à condução dos trabalhos. Na sequência informa sobre as regras da audiência e passa a palavra para a Sr.ª Nádia, representante da equipe técnica da IMTRAFF, que saúda a todos os presentes, bem como aos munícipes que acompanham a transmissão via internet e aos seus colegas que integram a equipe



45 técnica da IMTRAFF que encontram-se presentes de forma virtual. Ressalta a
46 importância do PlanMob não somente para a requisição de recursos federais, mas
47 também para o desenvolvimento da cidade também à luz do próprio Plano Diretor,
48 ordenando as formas de deslocamento de pessoas, veículos e cargas no território do
49 município. Informa que o objetivo e a pauta da 3ª Audiência Pública é de fato a
50 apresentação da penúltima etapa do PlanMob que é o Plano de Ação e Investimentos
51 onde foram definidas as ações prioritárias, os recursos a serem disponibilizados, a
52 indicação dos potenciais recursos, os principais atores responsáveis pelo
53 desenvolvimento destas ações prioritárias, bem como os prazos, sendo classificados
54 como de curto, médio e longo prazo, enfatiza que trata-se de um Plano de ano
55 horizonte de 10 (dez) anos. Informa que será abordado o conteúdo da minuta da Lei
56 que é o resultado de todo o processo de elaboração do Plano de mobilidade que irá
57 garantir ao longo das gestões a contínua ação dessa mobilidade a qual será
58 submetida à Câmara Legislativa para apreciação e devida aprovação. Nesse momento
59 a Sr.ª Nádia informa que será apresentada uma breve contextualização desta etapa e
60 acrescenta que o Plano de Mobilidade Urbana é uma determinação do governo federal
61 através da Lei 2.587/2012, sendo pré requisito para aquisição dos recursos federais e
62 geralmente é elaborada em quatro grandes etapas que compõe a participação popular
63 através de audiências públicas, oficinas técnicas e setoriais, a segunda etapa que é o
64 Diagnóstico, que é a identificação das demandas locais, bem como questões técnicas
65 e de anseio popular, a terceira etapa é a do Prognóstico, e a última etapa é a Minuta
66 de Projeto de Lei. Informa sobre os quatro grandes eixos, que são: Gestão Pública
67 para a Mobilidade Urbana, Modos Não Motorizados, Modos Motorizados e o Sistema
68 Viário. Na sequência, são apresentadas as Diretrizes e Princípios Gerais da
69 mobilidade urbana com foco na acessibilidade, inclusão social, nas ações, programas
70 e projetos voltados para a caminhabilidade, pedestre, ciclista, seguido do transporte
71 público, transporte de cargas e transporte individual motorizado. É apresentado então,
72 as etapas já realizadas que são: Etapa 1 – Mobilização e levantamento de
73 Informações, Etapa 2 – Diagnóstico e Prognóstico, Etapa 3 – Diretrizes e Propostas,
74 Etapa 4 – Consolidação do Plano de Mobilidade Urbana, onde encontra-se a 3ª
75 Audiência Pública como conclusão do Plano de Mobilidade. São apresentados alguns
76 registros de pesquisas realizadas de tráfego, reativas a realidade do pedestre, dos
77 eixos rodoviários que o município possui em sua malha urbana, a composição de frota,
78 as audiências públicas anteriores e oficinas técnicas para a realização da 3ª Audiência
79 Pública. Na sequência, são apresentados os objetivos que são: A apresentação do
80 Plano de Ações e Investimentos (com identificação das principais ações, responsáveis
81 técnicos, recomendações específicas, ajustes na estrutura organizacional, custos
82 estimados e prazos); A apresentação do conteúdo da Minuta Preliminar de Projeto de
83 Lei que Dispõe do Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Campo Largo. A Sr.ª
84 Nádia explica então o que é o Plano de Ações e Investimentos informando que trata-
85 se de todo o processo de elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, com as devidas
86 análises técnicas, a partir das demandas municipais, dos anseios populares e dos
87 resultados das oficinas técnicas. Informa ainda que o PAI está estruturado em quatro
88 grandes grupos que são: Gestão para a Mobilidade Urbana e Trânsito Seguro, Modos
89 Não Motorizados, Modos Motorizados e Sistema Viário. Nesse momento, Sr.ª Nádia



90 apresenta a tabela com os indicadores para o Plano de Ações e Investimentos para a
91 Gestão para a Mobilidade Urbana e Trânsito Seguro e apresenta o segundo eixo que
92 trata dos Modos não Motorizados e na sequência, tabela com os indicadores de
93 avaliação e imagens ilustrativas referentes aos Modos não Motorizados. Passando
94 para o terceiro Eixo que trata do Modos Motorizados, ou seja, prioritariamente o
95 sistema de transporte coletivo por ônibus, seguido por outras formas de transporte
96 como os veículos individuais, transporte urbano de cargas, táxis, moto táxis e na
97 sequência é apresentada a tabela com os indicadores para o Plano de Ações e
98 Investimentos e imagens ilustrativas referentes aos Modos Motorizados. Na
99 sequência, explana sobre o quarto Eixo que trata do Sistema Viário, apresentando
100 algumas ilustrações para evidenciar que o ordenamento territorial precisa de fato
101 ocorrer porque no Sistema Viário se tem a intervenção e a interação de pessoas e
102 veículos no mesmo espaço, por vezes compartilhado ou não, por essa razão o
103 PlanMob é tão importante, para mostrar esse novo perfil da via, que não somente é
104 voltada para o veículos, mas também para os pedestres, ciclistas, dadas as condições
105 de acessibilidade, caminhabilidade e espaços de vivência. Nesse momento, é
106 apresentada a tabela contendo os indicadores para o Plano de Ações e Investimentos
107 referente ao Sistema Viário. Como resumo do de Plano de Ações e Investimentos –
108 PAI, é apresentada a tabela contendo a estimativa geral de recursos de um total
109 previsto de R\$ 57.661.873,96, podendo haver alguma alteração de valores em
110 decorrência das ações de curto, médio e longo prazo. Aprovadas as ações prioritárias,
111 as mesmas deverão ser previstas na LDO, na dotação orçamentária no PPA (para
112 ações de médio a longo prazos); na dotação orçamentária na LOA (para ações de
113 curto prazo); deverão ser previstas também em ações político-administrativas para
114 requisição de recursos federais para ações de longo prazo (financiamentos, fundo
115 perdido, emendas parlamentares, parcerias público privadas e demais parcerias com
116 empresas e instituições). A Sr.^a Nádia apresenta então, como se dará o processo de
117 avaliação e monitoramento, bem como a Minuta Preliminar de Lei que dispõe sobre o
118 Plano Municipal de Mobilidade Urbana – PlanMob do município de Campo Largo/PR.
119 Ao final, a Sr.^a Nádia enfatiza que todo material das fases de elaboração do PlanMob
120 Campo Largo estão disponíveis no site da prefeitura e informa sobre as próximas
121 etapas que são: Reunião de alinhamento técnico pós 3ª Audiência Pública; ajustes na
122 Minuta de Lei junto ao jurídico municipal; submissão da minuta para aprovação junto a
123 Câmara Municipal; aptidão junto à esfera federal para requisição de recursos
124 financeiros. Concluindo a apresentação, a Sr.^a Nádia então agradece a todos os
125 presentes e passa a palavra à Sr.^a Gabriela para que coordene as participações. A
126 Sr.^a Gabriela informa aos presentes que a equipe de apoio estará realizando a coleta
127 das perguntas, sendo concedido o prazo de cinco minutos, e ressalta da necessidade
128 de todos assinarem a lista de presença que encontra-se disponível próximo a entrada
129 do Plenário. Decorrido o prazo de cinco minutos para a apresentação das perguntas, a
130 Sr.^a Gabriela realiza a leitura do questionamento do Sr. Marcelo Miranda: “Trago um
131 projeto eficiente sobre o que diz respeito ao ciclista. Esse projeto não visa
132 investimento em infraestrutura, mas sim, em conhecimento prático. Sou ciclista e
133 desenvolvo esse método eficiente que valorizaria nosso município”. Nesse momento, a
134 Sr.^a Gabriela passa a palavra para o Sr. Marcelo Miranda que explana sobre sua



135 proposta: “Boa noite a todos! Meu nome é Marcelo Miranda e venho aqui como ciclista
136 e morador de Campo Largo, nascido aqui. Esse método que trouxe aqui, é um método
137 de conhecimento. Eu já venho realizando isso pessoalmente, em abordagens com
138 pequenas reuniões com grupos de ciclistas, tivemos um espaço aberto na escola João
139 XXIII, na qual eu fui aluno, fizemos lá um trabalho de sala em sala, muito proveitoso.
140 Eu vejo a bicicleta como ela é, um veículo, então como condutores, nós temos
141 obrigações no trânsito, assim como o motorista, motociclista, piloto do caminhão, se
142 eu exijo respeito, também tenho que respeitar. Então, todos os projetos que eu vi aqui,
143 como também em outros municípios, no que se refere a infraestrutura, construção de
144 ciclovias, isso leva tempo e nós sabemos que isso não é prioridade. Campo Largo tem
145 135 mil habitantes e tem dois quilômetros de ciclovia e não é utilizada como deveria,
146 tem cidades aqui no Paraná que possuem títulos de cidade “amiga da bicicleta”, como
147 Marechal Cândido Rondon, Paranaguá e União da Vitória e fui pesquisar o que é esse
148 título, que é nada mais do que onde mais da metade da população é equivalente a
149 população que utiliza a bicicleta, por exemplo, União da Vitória tem 100 mil habitantes,
150 e possui aproximadamente 50 mil bicicletas, Marechal Cândido Rondon possui 50 mil
151 habitantes e aproximadamente 27 mil bicicletas, portanto, trata-se apenas de um título,
152 então o que meu projeto prevê? Conhecimento. Abordagem em empresas, tanto
153 públicas como privadas, onde já tenho feito isso através de uma palestra que
154 desenvolvi a qual tem duração de uma hora, com apresentação de slides que mostram
155 na prática que o ciclista tem que respeitar o trânsito, como pedalar na mão certa,
156 sempre à direita do deslocamento, usar equipamentos de segurança, equipamentos
157 de visibilidade noturna, respeitar a sinalização e respeitar a vida no trânsito, porque é
158 a vida dele que está ali em cima da bicicleta e não adianta cobrar infraestrutura do
159 governo, construção de ciclovia pois isso não é prioridade, isso é a longo prazo, mas a
160 vida não espera. O Paraná em 2020 foi considerado, com base em pesquisas, o
161 segundo estado onde mais morrem ciclistas por atropelamento no Brasil ficando atrás
162 apenas de São Paulo, isso é um absurdo, mas que pode ser evitado com
163 conhecimento. Então peço uma maior atenção para esse meu projeto, para que eu
164 possa explicar com mais tempo para as autoridades, a forma como isso pode ser
165 aplicado imediatamente, a curto prazo”, conclui. A Sr. Nádia agradece a manifestação
166 do Sr. Marcelo, bem como sua colaboração, e informa que posteriormente poderá
167 entrar em contato para que a equipe técnica municipal e de acompanhamento possam
168 analisar o conteúdo do projeto, se é possível inclusive aplicar alguns indicadores.
169 Quanto a previsão das atividades de educação para os ciclistas, enfatiza que há um
170 capítulo específico para o pedestre, bem como um capítulo do ciclista no Código de
171 Trânsito Brasileiro e salienta que costumeiramente fica-se muito condicionado aos
172 veículos e sabe-se que temos um país extremamente rodoviário desde o processo
173 histórico, as primeiras rodovias, mas também é necessário ordenar o uso da bicicleta
174 de forma eficiente e eficaz, também inserir de forma séria na matriz de transportes dos
175 municípios, mas que infelizmente ainda temos essa visão. Continua sua fala dizendo
176 que temos também o perfil do usuário, e que o ciclista tem regras de circulação, possui
177 parâmetros de como se comportar no trânsito, e infelizmente, talvez por ausência de
178 um projeto de educação focado no fator humano, para que essa realidade possa ser
179 mudada, salienta que trata-se de uma via de mão dupla, ou seja, educação,



180 investimento e infraestrutura, porque não tem como falar de ciclovia segura, se não há
181 trechos de ciclovias seguras, então são ações do poder público, e agentes sociais
182 para um trânsito seguro. Ressalta que posteriormente entrará em contato com o Sr.
183 Marcelo para verificar o contexto desse programa e quem sabe, até inseri-lo nas
184 atividades previstas no Plano de Mobilidade Urbana quando da educação para o
185 ciclista, conclui. A Sr. Gabriela então informa que diante da ausência de demais
186 manifestações, informa que passará a palavra para o Presidente da Audiência, Sr.
187 Fernando Galarza, mas antes enfatiza que todos os conteúdos estão disponíveis no
188 site da prefeitura de Campo Largo. De posse da palavra, o Sr. Fernando ressalta que
189 trata-se de um trabalho de extrema importância para a cidade, concorda com o Sr.
190 Marcelo de que essa questão não é explorada como deveria e que é esse o motivo de
191 estarmos na presente audiência, saindo na frente para angariar recursos públicos
192 federais, estaduais e assim construir uma cidade melhor. Agradece o trabalho da
193 equipe e de todos os envolvidos que se dedicaram para a realização dessa audiência
194 pública. Conclui declarando o encerramento da 3ª Audiência Pública do Plano de
195 Mobilidade e agradece a participação de todos os presentes, e por ser verdade, eu,
196 Beatriz de Souza Machado, lavrei esta
197 Ata.

198 _____
199 _____
200 _____
201 _____
202 _____
203 _____
204 _____
205 _____
206 _____
207 _____
208 _____
209 _____
210 _____
211 _____
212 _____
213 _____
214 _____
215 _____
216 _____
217 _____
218 _____
219 _____
220 _____
221 _____
222 _____
223 _____
224 _____



**Ata da 4ª Audiência Pública do Plano de Mobilidade de Campo Largo/PR,
realizada no dia 11 de abril de 2024, presidida pela Sr.ª Evelin Rezler.**

Aos onze dias do mês de abril de 2024, às dezoito horas (18h00), deu-se início a 4ª Audiência Pública do Plano de Mobilidade Urbana de Campo Largo/PR, realizada no Plenário da Câmara Municipal de Campo Largo, situado à Rua da Subestação de Enologia, 2008 – Vila Bancaria, transmitida simultaneamente na Página Oficial da Câmara de Municipal no Youtube, através do link <https://www.youtube.com/watch?v=ZCJ5rdHo6pQ>. Estavam presentes na condução da Audiência, a Presidente, Sr.ª Evelin Rezler, a Diretora de Desenvolvimento Urbano, Sr.ª Katiúscia do Nascimento, as Secretárias da Audiência e Membros da Equipe Técnica Municipal, Sr.ª Anna Carolina Cavalheiro e Sr.ª Paola Burkot e como apoio administrativo, as Sr.ªs. Beatriz Machado. Preliminarmente, a Sr.ª Evelin cumprimenta os presentes e os munícipes que acompanham a transmissão online e informa acerca das normas de condução da audiência previstas em seu Regimento. A Sr.ª Evelin então dá início a apresentação das Alterações do Plano de Mobilidade Urbana e das Alterações da Lei Municipal do Sistema Viário e contextualiza sobre: O que é o Plano de Mobilidade Urbana, qual é o objetivo do plano, suas etapas e eixos. Na sequência, explana sobre o Plano de Ação e Investimentos – PAI e dá continuidade discorrendo sobre o processo de revisão do Plano de Mobilidade Urbana e informa sobre as estruturas das minutas dos Projetos de Lei do Plano de Mobilidade Urbana e do Sistema Viário Municipal. Por seguinte, a Sr.ª Evelin demonstra através de representação gráfica (mapa) a compatibilização das Diretrizes Metropolitanas e das Diretrizes Municipais. Também apresenta a Tabela das caixas das vias, Anéis viários, Seções Tipo Propostas para caixas da via e padrões de calçadas e encerra as apresentações informando sobre as próximas etapas e indicando a página da Secretaria na internet, onde os materiais das fases do Plano de Mobilidade encontram-se disponíveis para consulta. O Sr.ª Gustavo Torres intervém questionando sobre como serão tratadas as questões referentes as calçadas dos imóveis que encontram-se na beira da via e a Sr.ª Evelin responde informando que será realizado um levantamento dos pontos críticos, onde pode-se começar a notificar e explica que talvez algumas residências irregulares que estejam na faixa de domínio precisem passar por readequações, para tanto, os proprietários dessas residências serão notificados quanto a necessidade de readequação, ou através de desapropriação em caso de ampliação do Sistema Viário, salienta que no entanto, trata-se de um processo demorado, que exige um estudo e aqueles que não se adequarem, podem vir a responder judicialmente. Destaca que as Diretrizes Viárias são prioridades, que é preciso fechar a malha do sistema viário para que seja possível melhorar o tráfego de veículos e a circulação de pedestres. Neste momento, a Sr.ª Evelin abre o espaço de 5 (cinco) minutos para que os interessados formalizem por escrito suas dúvidas e/ou sugestões e informa que os questionamentos serão respondidos por ordem de entrega. O Sr. João Marcos Cuba solicita expressar-se verbalmente e a Sr.ª Evelin autoriza. Também é solicitado pelos representantes da Comunidade Ucraniana explicar de forma verbal. É passada então a palavra ao Sr. Mariano Borssuk, membro da Comunidade Ucraniana, que informa que estão tentando formar a Comunidade Ucraniana no município de Campo Largo, diz que a comunidade possui a doação de um terreno no qual passa uma Diretriz Viária, destaca que quem está cuidando do processo é o Sr. Julio Cesar Cochmanski. O Sr. Mariano então questiona se o município apresentará um Plano definitivo ou adotará o Projeto que eles sugeriram e se o mapa será disponibilizado? A Sr.ª Evelin informa que o mapa será disponibilizado, assim como o mapa atual que pode ser acessado por uma plataforma Web, da mesma forma, também está disponível para consulta o arquivo em



45 DWG, salienta que o ajuste foi realizado com base na solicitação da Comunidade, tendo em vista
46 que trata-se de uma sugestão coerente, diz que infelizmente não será possível atender a todas as
47 solicitações, mas que no entanto, no caso da sugestão da Comunidade Ucraniana já estava prevista
48 dentro do planejamento do município, e que tão logo se consiga a aprovação do jurídico e da
49 Câmara Municipal, o material será disponibilizado e passará a entrar em vigor a legislação com
50 todos os seus anexos. O Sr. Mariano então passa a palavra ao Sr. Júlio que se apresenta como
51 membro da Comunidade Ucraniana de Curitiba, bairro São Brás e diz que tem acompanhado a
52 Comunidade de Campo Largo desde a primeira tentativa de formular o projeto de edificação de
53 uma igreja quando se depararam com o problema do terreno, diz que a intensão de aprovar o
54 referido projeto vem desde 2019, mas que não pode ser submetido devido a uma diretriz que
55 encontra-se em cima do melhor lugar do terreno onde eles desejam construir a igreja.
56 Complementa dizendo que foram iniciadas as tratativas junto ao município, sugerindo então a
57 mudança desta diretriz e questiona se será considerado o projeto sugerido pela comunidade e diz
58 que acredita que o processo está sendo encaminhado conforme o desejado, informa que o
59 transtorno que essa diretriz causaria para o imóvel e também para casa da pessoa que possui o
60 usufruto está sendo desonerada com a flexibilização que possibilitará a aprovação do projeto.
61 Conclui dizendo que apesar da demora, valeu a pena, tendo em vista que o resultado está sendo o
62 desejado. A Sr.^a Evelin agradece a participação. Nesse momento, é passada a palavra ao Sr. João
63 Marcos Cuba se diz preocupado com algumas questões referentes a mobilidade urbana do
64 município, diz que não assistiu as apresentações iniciais da Audiência, mas que participou do
65 Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) onde foi colocada a questão sobre a ligação
66 do município de Campo Largo à Curitiba. Discorre dizendo que já existe no contrato de concessão
67 do pedágio a previsão das 3^a e 4^a faixas, mas que é preciso trabalhar com diretrizes viárias
68 paralelas internas do município para haja uma ligação com o distrito da Ferrari, prolongamento
69 que já tem uma diretriz viária para que se estenda até a sede do município, diz que considera
70 importante que isso já esteja contratado no Plano, a Sr.^a Evelin responde dizendo que já está
71 contemplado. Continuando, o Sr. João Marcos diz que o 2º ponto é a importância da via paralela
72 passando pelas colônias, partindo da Colônia Dom Pedro, Figueredo e Fazendinha saindo na 510.
73 Também coloca em questão o binário da Rua Ema Tanner de Andrade cujo contrato foi dividido
74 em duas etapas e que ficou em tese meio que “indiano” e gostaria de saber como que está no Plano
75 de Mobilidade Urbana a fim de verificar se ele realmente conseguirá suprir a demanda e como
76 sugestão, O Sr. João Marcos coloca o prolongamento da Av. Ayrton Senna até o viaduto da
77 Rondinha, diz que essa é uma diretriz que sempre foi colocada para que seja uma possibilidade
78 de entrada na cidade, diz que não sabe como ficará o binário na Rua Ema Tanner, se com o tempo
79 o uso será efetivo e que essa situação não o contenta e diz que, inclusive, existe um
80 descumprimento de lei que prevê que para toda obra pública que cause impacto urbanístico é
81 necessária ser realizada uma audiência pública prévia para discutir, questiona também sobre a
82 rotatória entre o Rivabem e o Bom Jesus que será implantada futuramente, e salienta que gostaria
83 que todas estas questões fossem frisadas dentro do Plano e que fosse feito um estudo mais
84 aprofundado sobre esta situação. Diz que outra preocupação é o município de Campo Largo ser
85 muito atrativo para novas habitações e condomínios residenciais, que é preciso ter traçados viários
86 que passem na região do Cristo Rei para ter uma forma de circular, complementa dizendo que
87 terá uma afetação muito forte em cima da Rua João Stukas, a qual não irá comportar, diz que na
88 época em que estava na prefeitura trabalhou na aquisição do Riacho Doce para fazer esta ligação
89 com o Jardim Três Rios ao Gorski para que fosse uma alternativa para aquela situação e talvez



90 também seja necessário trabalhar para um acesso do Três Rios à Dirço Ribas, onde não há um
91 acesso por cima, e já com ligação para esta diretriz viária. Finaliza dizendo que essas eram suas
92 considerações. A Sr.^a Evelin agradece a participação e diz que acredita que todas as questões
93 comentadas já estão previstas no Plano de Mobilidade Urbana e que as questões referentes ao
94 trânsito também foram colocadas no Plano de Ação e Investimentos onde é determinado que deve
95 ser realizado um estudo específico para melhoria no trânsito e isso será de responsabilidade do
96 DEPTRAN, nesse sentido, como a presente audiência se trata de Planejamento, espera-se que no
97 futuro estas questões sejam resolvidas. E não havendo mais questionamentos, a Sr.^a Presidente,
98 Evelin Rezler, declara encerrada a 4ª Audiência Pública do Plano de Mobilidade, e por ser
99 verdade, eu, Beatriz de Souza Machado, lavrei esta Ata, a qual segue acompanhada da lista de
100 presença devidamente assinada.

101 _____

102 _____

103 _____

104 _____

105 _____

106 _____

107 _____

108 _____

109 _____

110 _____

111 _____

112 _____

113 _____

114 _____

115 _____

116 _____

117 _____

118 _____

119 _____

120 _____

121 _____

122 _____

123 _____

124 _____

125 _____

126 _____

127 _____

128 _____

129 _____

130 _____

131 _____

132 _____

133 _____

Ata da 13ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade de Campo Largo/CONCIDADE, realizada no dia 15 de maio de 2024, presidida pela Sra. Evelin Nunes Rezler.

Aos quinze dias do mês de maio de 2024, às treze horas e trinta minutos (13h30), deu-se início a 13ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade de Campo Largo/CONCIDADE, realizada na sala de reuniões do Gabinete do Sr. Prefeito, localizada na Av. Padre Natal Pigatto, nº 989, Vila Elizabeth. Na sequência a Presidente declara aberta a 13ª Reunião do CONCIDADE informando que já há o quórum mínimo para início e que nesse momento, seria realizada por mim, Willian G. Okada, representando a Secretaria-executiva do CONCIDADE, a chamada verbal, onde registrou-se a presença dos seguintes conselheiros (as): Na qualidade de membro suplente do Departamento de Planejamento Urbano de Campo Largo, Evelin Nunes Rezler, Representando a Secretaria Municipal de Governo, Franciny Schiavon, Representando a Câmara Municipal de Campo Largo, Adalberto Gequelin, Representando o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – CONDUMA, Evelise Bianco Surgik, Representando o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – COMUDE, Bruno Henrique Boaron, Representando as Instituições Ligadas aos Movimentos Populares, Grupos Sociais, ou Associações de Moradores, Ana Emília Mann, Representando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cristiane Ferreira, Representando a Secretaria Municipal de Obras Viárias, Luiz Gustavo Coltro, convidados representando o Departamento de Urbanismo, Victoria Martini Coltro, diretora do departamento e Matheus Pregnolato, engenheiro civil, Paola Burkot, arquiteta e urbanista do Departamento de Planejamento Urbano e o Secretário de Desenvolvimento Urbano, Fledinei Borges Licheski. Dá-se início a reunião com a Sr.ª Evelin citando os pontos da pauta e manifestou o desejo de também incluir a necessidade de votar uma nova presidência do Conselho devido a saída do Sr Fernando Galarza. A Sr.ª Evelin questiona se algum membro tem o desejo de assumir a presidência e coloca-se a disposição para tal e estabelece também a necessidade de eleger-se um vice presidente. O Sr. Fledinei coloca-se disponível e não havendo manifestações contrárias fica deliberado dessa forma. A Sr.ª Evelin informa que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano recebeu uma convocação através de uma Carta Circular do Poder Estadual sobre a necessidade de realizar-se uma Conferência em âmbito Municipal para tratar de assuntos de Desenvolvimento Urbano com o tema "Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: Caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social", esclarece que a Conferência será realizada nas três esferas (Municipal, Estadual e Federal) informa que o evento tratará sobre temas diversos dentre eles: Gestão Pública, Gestão de Financiamento, temas transversais tais como sustentabilidade ambiental, emergências climáticas, etc. Informa que será montada uma Comissão Organizadora formada por classes distintas (servidores públicos, técnicos, representantes das classes populares, etc) de forma proporcional quanto a quantidade de membros e que a comissão deverá estar formada até a 2ª quinzena de Junho. A Sr.ª Evelin dá início a apresentação do Plano de Mobilidade exibindo conceitos, objetivos, ações e tratou dos temas: Gestão Pública, Meios de transporte não motorizados, Meios de transporte motorizados e Sistema viário. Informou que está na etapa de consolidação do plano e que a documentação está passando pelas revisões finais antes de encaminhar-se a Procuradoria Geral do Município e à Câmara de Vereadores. O Plano está passando por correções devido aos questionamentos recebidos pela AMEP (Agencia de Assuntos Metropolitanos do Paraná), PGM (Procuradoria Geral do Município) e também pelos próprios municípios. Foi reiterado que o Plano ainda precisará passar pela nova revisão da PGM e submissão para votação na Câmara de Vereadores antes de exercer seus efeitos e aplicabilidade. A Sr.ª Evelin questiona quanto a aprovação das proposições do Plano de Mobilidade, o Sr Bruno questiona quanto a aprovação do plano de mobilidade haja vista que ainda não há a minuta final e indaga se as informações não poderiam ser alteradas pela PGM, o Sr. Fledinei esclarece que a revisão da PGM se refere a correções na formatação do texto e não no aspecto técnico da matéria. A Sr.ª Evelin ressalta que todo o material já passou por 4 (quatro) audiências públicas e 3 (três) oficinas técnicas

além de ter sido apresentado no CONDUMA. O Sr. Bruno questiona quanto a calçadas em áreas já consolidadas e como a situação seria tratada. A Sr. ^a Evelin explica que esses casos estão sendo tratados mediante a solicitação de assinatura em um termo de ciência, onde o cidadão se comprometeria a adequação no futuro e que essa adequação seria para a via inteira e não para alguém específico. O Sr. Bruno questiona se a responsabilidade sobre essa adequação seria do poder público ou da iniciativa privada, a Sr. ^a Evelin informa que a notificação será proveniente do poder público mas a execução é de responsabilidade de cada proprietário. A Sr. ^a Evelin informa que também caberá "bom senso" do poder público onde a prioridade dessas notificações de adequação serão principalmente em lugares onde não há calçada ou em situação crítica e sem qualquer tipo de acessibilidade reforçando que é impreterível garantir a acessibilidade no município. O Sr. Bruno também questiona quanto a caixa de via e a faixa de domínio que hoje é 12 metros e será futuramente passado para 30 metros. A Sr. ^a Evelin informa que o tamanho 30 metros se dá devido a compatibilização com a diretriz metropolitana e por se tratar de uma imposição não é possível adaptações da instrução. O Sr. Bruno exemplifica quanto a um cidadão qualquer que procura os meios para a emissão de um alvará de construção se terá que recuar além dos 5 metros que a legislação atual já prevê, o Sr Matheus explica que isso está previsto em lei para ser alterado considerando essas novas métricas "*Se a caixa de caixa de via existente no local mais os recuos previstos para a zona respeitarem essa dimensão, o cidadão não precisará marcar a previsão de alargamento de via*". A Sr. ^a Evelin complementa que se houver a necessidade de alargamento de alguma via, desapropriações serão necessárias e todo um trabalho será realizado para isso. Sr. ^a Evelin informa que na região central a situação, referente a isso, permanece como está para construções já consolidadas. Sr. ^a Evelin informa que essas minutas estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal na sessão da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e questiona se há alguma dúvida sobre o assunto proposto, não havendo nenhuma nova manifestação encerrou-se essa etapa da apresentação. Toma a palavra a Diretora de Urbanismo, Sr. ^a Victoria, que afirma que a Secretaria foi aberta para debates com requerentes e técnicos a fim de se discutir as propostas de alteração na lei, informa que também a Associação de Engenheiros e Arquitetos de Campo Largo compareceu a Secretaria para debates. Na sequência, a Sr. ^a Victoria dá início a apresentação sobre as alterações da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo (3001/2018), informando quanto a alteração referente ao recuo frontal, também informa sobre a proposta que foi apresentada na Audiência do Plano de Mobilidade Urbana referente a Lei que trata do Sistema Viário. Dando continuidade, a Sr. ^a Victoria discorre sobre as alterações referentes aos usos Tolerados, seguido dos usos Comunitários 1, bem como sobre a implantação da Zona Industrial Consolidada – ZIC. Também foi informado sobre a alteração na definição do Setor Comercial e de Serviços – SCS e na tabela de parâmetros da Zona de Ocupação Orientada 1 – ZOO1 (Bateias). Finalizadas as apresentações das alterações da Lei Municipal 3001/2018, a Sr. ^a Victoria passa então a apresentar as alterações do Código de Obras (Lei 3003/2018), onde é informada e explicada a alteração referente ao afastamento do responsável Técnico, bem como das adequações sobre a aprovação do Projeto Simplificado. Dando sequência, a Sr. ^a Victoria informa sobre a alteração nos dispositivos que tratam da validade do Alvará de Construção, da Substituição de Projetos, e da Licença para Obras Especiais, seguidas das proposições referentes a Região Permeável sob beiral, balanço de fachada, marquise e sacada, explica também sobre as adequações referentes ao Ático, da altura máxima da edificação e definição de subsolo pelas dimensões do lote. A Sr. ^a Victoria afirma quanto ao Alvará de Demolição sobre as edificações de interesse histórico/cultural e as considerações sobre o assunto. Existe a Lei 3009/2018 que prevê a preservação do Patrimônio Cultural de Campo Largo e que foi feito um levantamento interno sobre quais seriam essas edificações e como seriam os critérios utilizados para liberação deste alvará. Citou um exemplo recente onde há cerca de dois meses foi deliberado pelo Conselho da Cultura a análise histórica de uma edificação e foi constatado que devido a perda da caracterização, não houve impedimento para concessão do alvará de demolição. Informa que se trata de uma legislação recente e que, no momento, ainda não foi devidamente explorada mas que Departamento de Planejamento Urbano está estudando e analisando meios para aplicação de uma forma mais ampla e

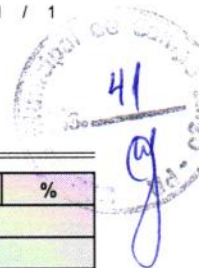
95 regulamentada. A Sr.ª Cristiane se manifesta quanto a preservação cultural que é uma pauta muito pertinente
96 e que as deliberações dessa natureza pelo Conselho da Secretaria Municipal de Cultura são "frágeis" já que a
97 matéria é técnica e não teria como isso ser delegado a pessoas sem ou com pouco conhecimento técnico. A
98 Sr.ª Evelin reitera que se trata de uma questão da Secretaria de Cultura e que por isso é feito um trabalho em
99 conjunto. A Sr.ª Franciny complementa dizendo que no Conselho de Cultura há profissionais técnicos que
100 participam das deliberações sejam elas demolições ou tombamentos. A Sr.ª Evelin afirma que para deliberar
101 um Tombamento é mediante ao que está regulamentado na Lei 3009/2018 feito através de um levantamento
102 histórico e que há demais normas a se considerar. A Sr.ª Cristiane questiona se no desenvolvimento do plano
103 diretor vigente houve o mapeamento da área de interesse para preservação histórica, Sr.ª Evelin diz que há
104 um processo tramitando solicitando o tombamento de determinados locais e que no momento há questões de
105 ordem financeiras sob análise. O Sr Bruno afirma que o que está faltando atualmente é uma melhor
106 comunicação com os proprietários deste estabelecimentos quanto a possibilidade ou não de demolição assim
107 como a sua preservação. Informa que não adianta só ter uma lei de incentivo a preservação e a pessoa não ter
108 ciência disso. A Sr.ª Cristiane informa que como comissão do CONCIDADE há uma atribuição e obrigação
109 de se criar câmaras técnicas e que as atribuições vão além de somente aprovar projetos e sim executar o que
110 está em seu regimento interno, informa que devido a falta dessas câmaras não há, atualmente, uma melhor
111 sinergia entre os outros setores e secretarias afim que se promova um melhor desenvolvimento econômico e
112 sustentável em Campo Largo. A Sr.ª Evelin informa que o tema e assunto abordados poderão no futuro
113 servir para elaboração de uma nova pauta em uma nova reunião. A Sr.ª Victoria continua com a
114 apresentação das dúvidas e questionamentos levantados na Audiência do Plano de Mobilidade Urbana. A Sr.
115ª Evelin retoma a palavra sobre o Loteamento Nossa Senhora do Rocio (chacrinha) referente a alteração do
116 zoneamento para ZOO2 (Zona de Ocupação Orientada), ajustando a tabela de uso e ocupação do solo em que
117 a atividade classificada como "Indústria 2" seria de uso permissivo. Afirma que visitas presenciais foram
118 feitas em algumas empresas já instaladas na localidade e foram reportaram dificuldades quando ao
119 calçamento das vias públicas nos arredores, falta de transporte público, falta de redes de saneamento básico,
120 afirma que futuramente, para as empresas que tem intenção de se instalarem na localidade, terão que ter seus
121 licenciamentos em dia, se submeter a avaliação do CONDUMA e passar pela análise dos técnicos da
122 secretaria de desenvolvimento urbano. A Sr.ª Victoria informa que a região é composta de terrenos extensos
123 onde seus proprietários não tem interesse em subdivisão e como consequência há uma certa dificuldade em
124 dar o propósito mais adequado a região. A Sr.ª Victoria encerra sua apresentação e cede a palavra a Sr.ª
125 Paola que começa seu discurso sobre a Cartilha das Calçadas trazendo definições e comentários sobre os
126 elementos e dimensionamentos (Padrões A, B, C, D), travessias, esquinas, mobiliário urbano fixo e móvel,
127 ponto de ônibus. O Sr. Fledinei questiona quanto a como é definido o local para instalação de um ponto de
128 ônibus. É explicado pela Sr.ª Paola que quanto ao posicionamento na calçada é conforme o Código de Obras
129 ilustrado na Cartilha das Calçadas e que a definição quanto ao local de instalação é competência do
130 Departamento de transporte público. A Sr.ª Paola dá continuidade a sua apresentação quanto a aspectos
131 técnicos das inclinações e os tipos existentes, acesso de pedestres, acessibilidades, rampas e os tipos
132 existentes, acesso de veículos, pavimentação e reparos nas calçadas, sinalização tátil, vegetação. Informa que
133 no código de obras foi feita uma reformulação da legislação das calçadas para adequação das informações da
134 cartilha e para regulamentar melhor já que as informações anteriores eram muito genéricas. O Sr Bruno
135 intervém questionando quanto a impossibilidade de executar a obra (calçada) em algum lugar qualquer e cita
136 o exemplo da rampa de acesso pois há localidades onde já existe um grande desnível entre as passagens, é
137 explicado pela Sr.ª Paola que existe uma previsão para edificações já existentes anteriormente a lei que a
138 calçada seja feita na faixa de acesso (quando houver) ou na faixa de serviço mediante deslocamento, de
139 modo que exista pelo menos 1,20m de espaço para circulação. Isso serve para edificações já existentes e caso
140 não tenha viabilidade para tal, terá que ser apresentada uma justificativa. Para edificações novas ainda não é
141 aplicável pois é necessária a aprovação do CONCIDADE e da própria Câmara de Vereadores. A Sr.ª Paola

informa que está previsto na reformulação do código de obras a necessidade de licenciamento para execução de obras em calçada justamente para confirmar se está de acordo com a legislação. A Sr. ^a Cristiane questiona quanto a caso o proprietário não tenha condições para executar essas alterações, como deverá proceder. O Sr. Bruno questiona se o município deverá cobrar do proprietário para que se execute o serviço. O Sr. Matheus informa que é uma solicitação do MP - Ministério Público para que essa adequação seja implementada. O Sr. Bruno questiona quanto a roçada na faixa de serviço, se é uma obrigação da prefeitura ou do proprietário, a Sr. ^a Paola informa que é uma obrigatoriedade do proprietário a conclusão e manutenção da calçada. O Sr. Bruno intervém dizendo que é preciso confrontar essa necessidade de adequação com a realidade da cidade e da população pois cumprir a determinação do MP pode gerar desconfortos com a população e parafraseou "o município tem tantas outras coisas que tem que por em primeiro lugar do que ficar se preocupando com calçada". A Sr. ^a Cristiane explica que a sensibilização comunitária é imprescindível uma vez que a determinação do Ministério não é opcional, portanto não cabe a prefeitura "escolher" se adaptar. O Sr. Matheus complementa que tornar uma cidade agradável para se viver implica em adaptar-se às demandas existentes, em vez de simplesmente aceitar a realidade como está. Ele argumenta que sem essa abordagem proativa, dificilmente ocorrerão mudanças significativas. O Sr. Bruno intervém novamente concordando que de fato a mudança é necessária mas que em alguns lugares será necessário adaptabilidade. A Sr. ^a Paola informa que atender o que está determinado nas mudanças gerará impactos positivos no futuro seja como a valorização do imóvel, uma melhoria na circulação e ocupação de pedestres e no comércio também. A Sr. ^a Ana Emília questiona quanto a arborização nos bairros, a Sr. ^a Paola informa que a atribuição é da Secretaria de Meio Ambiente. A Sr. ^a Evelin abre espaço para votação da pauta: **1ª DELIBERAÇÃO:** Apresentação do plano de Mobilidade de Campo Lago. Deliberado pelo **DEFERIMENTO** desde que não haja alterações do conteúdo técnico texto pela PGM. **2ª DELIBERAÇÃO:** Alterações do Sistema Viário de Campo Largo. São as alterações apresentadas decorrente do plano de mobilidade. Deliberado pelo **DEFERIMENTO** sem manifestações contrárias. **3ª DELIBERAÇÃO:** Alterações da Lei Municipal 3001/2018 (zoneamento e ocupação do solo nos perímetros urbanos do Município de Campo Largo). Deliberado pelo **DEFERIMENTO** sem manifestações contrárias. **4ª DELIBERAÇÃO:** Alterações da Lei Municipal 3003/2018 (Código de Obras). Deliberado pelo **DEFERIMENTO** sem manifestações contrárias. Sem mais nada a tratar, a Presidente agradece a participação de todos os membros que mantiveram-se até o final e declara encerrada a reunião. E, por ser verdade, Eu, Willian G Okada, lavrei esta ATA.



MUNICIPIO DE CAMPO LARGO
Planejamento e Orçamento
LDO - Demonstrativo da Despesa
LDO: 2025

Pág 1 / 1



Dotação		%
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano		
Programa: 0006 - Programa Pacto de Desenvolvimento Urbano		
Ação: 1080 - Plano de Mobilidade Urbana		
10.001.0026.0451.0006.1080.333903000000000000.00000	100,00	0,20
10.001.0026.0451.0006.1080.333903200000000000.00000	24.800,00	49,60
10.001.0026.0451.0006.1080.333903600000000000.00000	100,00	0,20
10.001.0026.0451.0006.1080.333903900000000000.00000	24.800,00	49,60
10.001.0026.0451.0006.1080.344905100000000000.00000	100,00	0,20
10.001.0026.0451.0006.1080.344905200000000000.00000	100,00	0,20
Total Ação	50.000,00	100,00
Total Programa	50.000,00	100,00
Total Órgão	50.000,00	100,00
Total Geral	50.000,00	100,00